

**MERENDA ESCOLAR PARA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NA  
FORMAÇÃO PRIMEIRA  
DO CIDADÃO: ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS: IRMÃO DAMIÃO  
NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA E SÃO SEBASTIÃO NO  
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO ESTADO DA PARAÍBA –  
BRASIL**

Jardes José Caiçara<sup>1</sup>

Marcio José Vasconcelos da Silva<sup>2</sup>

Olindo Baião de Souza<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Campina Grande – PB

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – PE

*Universidad Americana – Assunção – Paraguay - E-mail: jardescaicara@yahoo.com.br*

**RESUMO EXPANDIDO**

O presente estudo retrata uma inquietação do autor, que como pesquisador da Educação, começou a identificar uma fragilidade extrema na manipulação das merendas escolares em diversas escolas públicas, em vista da experiência vivenciada em uma pesquisa anteriormente realizada para a dissertação do mestrado. Esta inquietação gerou o interesse de buscar alternativas para o problema apontado.

Teoricamente entende-se que a alimentação possui atributos e repercussões multidimensionais para a diversidade populacional. Perpassa várias esferas admiráveis da vida e envolve questões sobre nutrição e seus determinantes biológicos, aspectos ambientais, culturais, psicológicos, sociais, econômicos, entre outros. Tais aspectos interferem não apenas na sobrevivência, mas também nas relações sociais, na qualidade de vida, na produtividade e em outras estaturas da existência humana, assim pensam (ABREU et al., 2001; ALEVATO; ARAÚJO, 2007).

No entanto se faz lógico pensar como Mahan Escott-Stump e Raymond (2012), que uma merenda escolar composta de carboidratos, proteínas de origem animal e vegetal, vitaminas e sais minerais é de fundamental importância para uma boa formação biológica dos alunos, já que se trata de crianças carentes, que, em determinado casos, a merenda escolar a única refeição diária.

Aprendizagem e rendimento escolar, segurança e alimentar nutricional, formar hábitos alimentares saudáveis, promover o crescimento e desenvolvimento das crianças saudáveis, oferecer refeição saudável que cubra as necessidades nutricionais de acordo com

faixa etária durante o período de permanência do aluno na escola, são, portanto, as bases de estudos desenvolvidas na presente pesquisa.

Também importante é entender que o programa alimentar das escolas é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCEI) e pelo Ministério Público, de onde o presente estudo irá basear-se em informações pertinentes ao propósito central da pesquisa.

Para tanto entender que o programa PNAE garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, é interesse fundamental do estudo, vendo que o objetivo desse programa é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

De acordo com o FNDE (BRASIL, 2014, s/p), o PNAE apresenta a seguinte característica:

O PNAE tem caráter complementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: união, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

No entanto para se ter compreensão das questões enunciadas, deve-se refletir acerca da qualidade nutricional dos alimentos, bem como a descrição dos nutrientes essenciais para se considerar uma alimentação saudável, fatores estes que corroboram com o repasse e fiscalização dos recursos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Contudo a de se destacar que para entendimento fundamental da presente pesquisa os aspectos relevantes da nutrição, segundo Boog (2004) se faz pela contribuição da educação nutricional para a construção da segurança alimentar, ressalta-se, ainda, que os alimentos consumidos na escola, sejam procedentes da alimentação escolar, de lanches trazidos de casa ou comprados em cantinas, estes que devem ser, igualmente, saudáveis.

É importante entender que além da necessidade de manter o equilíbrio entre os alimentos consumidos na escola, coibindo a venda de produtos com alta concentração energética e elevado teor de sódio e corantes artificiais, é importante que se considere as preferências alimentares infantis que sofrem forte influência do marketing de produtos alimentícios, o que requer atenção no planejamento dos cardápios da alimentação escolar, bem como no processo de regulamentação das cantinas e no controle dos alimentos provenientes de casa (BRASIL apud MUNIS e CARVALHO, 2007).

A presente pesquisa preocupa-se assim, em buscar sugestões de equilíbrio, entendendo que, essa questão ganha uma conotação ainda mais relevante ao considerar que o ambiente escolar não pode ser tomado como solução para o problema da fome, sob pena de comprometer a função pedagógica, como afirma a revista de nutrição nas pessoas de (MUNIZ e CARVALHO, 2007). Neste sentido de acordo com Ceccim apud Muniz e Carvalho (2007), se a alimentação escolar se sobrepuser à ação pedagógica de ensinar, estará substituindo a deficiência alimentar pela deficiência educacional, reforçando, assim, a exclusão social.

Para tanto, justifica-se que a presente pesquisa aponta um estudo peregrino, de busca das verdades e conceitos vivenciados por alunos e profissionais envolvidos ao objeto estudado que é a merenda escolar e seu valor nutricional no mecanismo da estratégia de aceitação da mesma para se obter sua eficácia idealizada.

Educação alimentar e nutricional é um tema transversal<sup>1</sup> na educação com a nova Resolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar pretende garantir o cumprimento das medidas básicas de qualidade na alimentação, uma boa alimentação e nutrição são requisitos básicos para ter uma vida saudável, pois possibilita o crescimento e desenvolvimento humano com qualidade.

Porém não existe um modelo ou uma receita de alimentação saudável universal e que respeite as necessidades nutricionais de acordo com as características coletivas e regionais; específicas e individuais de todos há construção e consolidação de políticas públicas em alimentação e nutrição de forma transversal, suas ações são implantadas na segurança alimentar e nutricional, respeitando as diferenças existentes nos hábitos alimentares e quanto ao direito a uma alimentação apropriada no ambiente escolar.

---

<sup>1</sup> Segundo o Ministério da Educação (MEC), são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana.

Sabe-se que por falta do cumprimento das medidas básicas para garantia da qualidade da alimentação e o acompanhamento nutricional escolar, a situação tende a mudar de forma a que atualmente determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar, passou por mudanças, regulamenta por meio de uma nova Resolução FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013, entrou em vigor com objetivo de melhorar o atendimento no âmbito do PNAE, por meio da melhoria das necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, da definição de preços para os produtos adquiridos da agricultura familiar e da definição de novas determinações para que os Conselhos de Alimentação Escolar, municipais ou estaduais, possam fiscalizar os recursos federais destinados à merenda escolar.

Segundo o Conselho Regional de Nutricionista (2013) o PNAE foi implantado em 1955, e garante, por meio da transferência de recursos financeiros governamentais, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior.

O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

O presente estudo apresenta, portanto, o interesse central em descrever e entender todo o processo pelo qual perpassa o sistema da merenda escolar distribuída nas escolas públicas com o objetivo de Analisar as consequências nutricionais geradas na má receptibilidade da mesma por parte dos alunos nas escolas públicas, onde percorrendo de forma específica os vários fatores que dão sentido a investigação, se fez necessário: Investigar a qualidade dos alimentos fornecidos para a merenda escolar nas escolas públicas; Analisar o nível de informação dos alunos e das merendeiras acerca do valor nutricional do alimento disponibilizado na merenda; Obter informações sobre o planejamento e preparação da merenda escolar; Avaliar os pontos fortes e pontos fracos que geram a má receptibilidade da merenda escolar por parte dos alunos e Sugerir melhoria na adaptação da qualidade nutricional ao estímulo para a melhor aceitação da alimentação oferecida nas escolas públicas.

Com os objetivos, descritos acima, realizados o estudo teve como sequência os procedimentos acadêmicos de estruturação, pelos quais foram processados com a metodologia

de pesquisa descritiva, analítica comparativa, na tentativa de esclarecer fatos, contrapor com teorias e analisar detalhes que satisfaçam o interesse da pesquisa com dados concretos, gerando portanto, um birô de informações rico em argumentos para se construir alternativas que sugerem soluções aos problemas detectados.

Para as análises foram utilizadas medidas básicas da estatística que colocadas em medidas comparativas às informações obtidas e as estudadas, se posicionaram positiva e/ou negativamente aos propósitos da investigação, dando margem para a busca de sugestões conclusivas ao estudo.

Tal foco se justifica a partir do momento que se percebe a falta de aceitabilidade na merenda ou a má qualidade desta, que provoca desperdícios dos recursos públicos, conduzindo, assim, desnutrição que por sua vez gera evasão escolar. Neste contexto entende-se que aumenta ainda mais, a responsabilidade dos gestores no que diz respeito ao cuidado com que este deve ser tratado. Ainda para este autor, a análise do valor nutricional das merendas oferecidas nas escolas representa um importante instrumento avaliador à qualidade dos alimentos oferecidos com uma boa aceitabilidade, como é o pensar de autores como Matihara, Trevisani e Garutti.

É neste sentido que se expressa como fator fundamental conhecer a qualidade nutritiva dos alimentos oferecidos nas escolas, uma vez que a merenda escolar deve atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola sem desperdiça a merenda, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes. Portanto, é de fundamental importância que se conheça a qualidade nutritiva dos alimentos oferecidos nas escolas.

Com o devido acréscimo de o quão importante é a informação tanto para os alunos como para as merendeiras sobre a relevância nutricional no processo de aprendizagem e formação cidadã.

O raciocínio findador do estudo mostra que a urgência de um novo planejamento para a educação alimentar está gritando.

A atual realidade das escolas em relação ao compreender a dimensão e valor que se instaura na alimentação nutrida é ainda muito amena e se faz necessário com grande pressa uma revisão na formação não apenas de um simples e mero fornecimento de uma merenda, mas de toda uma estruturação na formação de consciência da abrangência que tem a educação alimentar.

A alimentação não é um simples ato de comer, a alimentação saudável não se resume em degustar frutas, verduras, legumes e nutrientes, é preciso entender que o alcance desse assunto é bem maior. Existe todo um entender social, familiar, pessoal psicológico a serem considerados e falta a formação básica dessa consciência dentro e fora da escola, por cada membro componente do sistema educar.

## REFERÊNCIAS

ABREU, E.S. de; VIANA, I.C.; MORENO, R.B.; TORRES, E.A.F. da S.. Alimentação mundial – uma reflexão sobre a história. **Saúde e Sociedade**. 10(2): 3-14, 2001.

ALEVATO, H.; ARAÚJO, E.M.G. de. **Gestão e organização de trabalho**. V Congresso Nacional de Excelência em Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade. Niterói, RJ, Brasil, julho de 2009.

ARAÚJO, F.A.L.V. de; ALMEIDA, M.I.; BASTOS, V.C.. Aspectos alimentares e nutricionais dos usuários do “Restaurante Popular do Povo”. **Saúde e Sociedade**. v.16, n.1, p 117-133, jan-abr 2007.

BRASIL FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). (2013) Ministério da Educação. **Alimentação escolar ajuda no combate à desnutrição**. FNDE/MEC. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/noticias-2012/3112-alimentacao-escolar-ajuda-no-combate-a-desnutricao>>. Acesso em: 12 de Agosto de 2014.

BOOG, MCF. Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar. **Saúde Rev.**; 6(13):17-23. 2004.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTA. (2013) **Relatório sobre a** Acesso em: 02 de Novembro de 2014.

**qualidade da alimentação oferecida por - unidades escolares estaduais no estado do rio de janeiro**. Disponível em: <[http://www.crn4.org.br/cms/upl/arqs/relatorio\\_crn-4\\_-\\_avaliacao\\_qualidade\\_alimen-tacao\\_escolar\\_-\\_estado\\_rj.pdf](http://www.crn4.org.br/cms/upl/arqs/relatorio_crn-4_-_avaliacao_qualidade_alimen-tacao_escolar_-_estado_rj.pdf)>.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia; RAYMOND, Janice L. **Krause alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MUNIZ, Vanessa Messias; CARVALHO, Alice Teles de. O programa nacional de alimentação escolar em município do estado da paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do programa. **Revista de Nutrição**, vol.20 n.3 Campinas Mai/Jan. 2007.